

"Nunca tantos estiveram tão errados a respeito de tanta coisa."

Donald Rumsfeld, secretário de Defesa dos Estados Unidos, ontem em Doha, falando a soldados da coalizão, referindo-se aos que diziam que a Guerra do Iraque não ia dar certo.

## Além da focalização

MARCELO  
CÔRTEZ  
NERI

**O** Brasil está a duas décadas sem crescer. Houve neste ínterim diversos surtos de crescimento: 1994, 1989, 1986 e 1980, foram bolhas e não booms sustentáveis. 1986 foi o episódio mais pujante, pelo lançamento de um ataque instantâneo à inflação e suas conseqüências, sem incorrer em custos sociais subjacentes.

À época, o professor Mário Henrique Simonsen comparava o plano Cruzado a uma engenhosa anestesia que precisava ser complementada por uma intervenção cirúrgica nas causas fundamentais do processo inflacionário, o nosso câncer coletivo. Em particular, Simonsen defendia que se fizesse, de fato, a tal operação para se curar as crônicas incontínuas fiscais e monetárias brasileiras. Falar então, em reduzir o déficit público era um tabu que por desconhecimento, ou por falta de coragem, poucos ousavam fazer.

Na época, alguns gestores públicos aconselharam que o plano Cruzado viesse acompanhado não só de políticas fiscal e monetária frouxas como da adoção de abono salarial generalizado, de aumento ainda maior ao salário mínimo e da imposição de um gatilho salarial. In-

felizmente, tais prescrições foram ouvidas e na impossibilidade de se manter os preços congelados, ou de se pegar "boi no pasto", o plano Cruzado morreu de morte matada ao primeiro disparo do gatilho. Seguindo a analogia Simonse-niana, a adoção destes procedimentos equivaleu a aproveitar a anestesia que deveria ser feita para retirada do tumor, e ao invés dela fazer uma cirurgia plástica. O paciente saiu da mesa de operações parecendo melhor do que entrou, o que dificultou mais a adoção dos remédios amargos, inicialmente necessários ao tratamento.

O plano Cruzado teve vários pais; um sábio e pouco ouvido avô; e uma convincente madastra que vendo um filho, que não era seu, indo para mesa de operação, não se furtou em receitar curandeiros cosméticos da pior espécie. Não me furto em afirmar que erros como estes contribuíram sobremaneira para as turbulências econômicas e sociais vividas no Brasil até o plano Real.\*

Hoje, oito anos depois do boom do Real, a economia brasileira se encontra novamente numa encruzilhada. Hoje, comandada por um médico, Antonio Palocci, sem experiência prévia no traquejo da macroeconomia. Num país onde gestores fracassados têm direito, tal como os gatunos, a sete vidas, vejo a inexperiência como qualidade. O desafio do ministro Palocci não está, felizmente, em reescrever desde uma pers-

pectiva tupiniquim, os manuais de economia usados em todas partes do globo, mas em mudar o curso da sociedade brasileira, para melhor.

Concordo com Aloísio Mercadante: o debate brasileiro está hoje mais aceso que nunca, e este é um mérito de Lula. Antes de realizar as reformas será preciso reformar o debate. Hoje a principal argumentação do governo Lula pelas reformas previdenciária e tributária é distributiva, e não apenas econômica. Levantar esta bandeira há cinco anos atrás revelou-se um exercício solitário. O problema não era falar, e ser criticado por isso, como hoje, mas começar a ser ouvido.

Hoje é difícil brigar com números transparentes como aqueles divulgados pelo governo tais como os diferenciais das aposentadorias assumidas entre os inativos dos setores público e privado, das rendas entre ativos e inativos do setor público ou entre todos estes grupos acima e as bolsas concedidas às crianças. Estas estatísticas são algumas facetas da internacionalmente conhecida desigualdade brasileira.

A resistência observada no curso do debate reflete a alta inércia da desigualdade brasileira. Estamos há pelo menos quatro décadas consecutivas no pódio do ranking mundial da iniquidade, assim como já ganhamos o campeonato mundial de inflação de 1960 a 1995.

Uma das causas fundamentais da nos-

sa desigualdade inercial são transferências de renda às avessas patrocinadas pelo estado brasileiro. Este é um processo que pode, e deve, ser estancado através das reformas. Não é surpresa que os principais beneficiários desta estrutura de gastos regressiva, sejam os primeiros a se insurgir contra a reforma do contrato social proposta. O mesmo apego a privilégios adquiridos ocorreu no lento trajeto em direção a abolição da escravatura nesse país. Alguns apelam para comparações com o estado de bem estar de países europeus como a Suécia ou a Bél-

**O plano Cruzado aproveitou a anestesia para retirada do tumor mas, ao invés disso, fez plástica. O paciente saiu parecendo melhor do que entrou**

gica, se esquecendo seletivamente das diferenças internas que nos tornam tão diferentes dos nórdicos.

Tal como no caso da luta contra inércia inflacionária, a luta contra desigualdade inercial se dá inicialmente no redirecionamento das políticas de rendas do Estado. Agora é preciso ir além da focalização dos fluxos de gastos. É preciso dar persistência ao foco, alterando a distribuição do estoque da riqueza, caso contrário recaímos num populismo fugaz.

A queda da desigualdade em 1986

foi tão rápida quanto o seu posterior retrocesso. Neste ponto Carlos Langoni apontou há três décadas a desigualdade da educação como a causa fundamental da má distribuição de renda brasileira. Mais uma vez, o diagnóstico foi então rechaçado, e gerações de pobres brasileiros vão continuar a pagar as prestações deste outros erros ainda por um bom tempo.

São necessárias políticas de renda inteligentes que façam fluxos de renda e estoques de riqueza dos pobres caminharem na mesma direção, como faz o bolsa-escola. É preciso ressuscitar o capital dos pobres através de políticas de regularização fundiária e de melhorias da legislação creditícia. São necessárias políticas de serviços no apoio ao produtor nanico, pobre e informal etc. Esta é uma agenda que nunca foi perdida no Brasil pelo fato de nunca ter sido achada.

\* Uma análise da ascensão e queda do boom do Cruzado pode ser encontrada em meu livro "Inflação e Consumo: Modelos aplicados ao imediato pós-Cruzado", BNDES, Rio de Janeiro 1990. A analogia entre os combates à inflação inercial e à desigualdade inercial está no artigo "Inércia e políticas de renda" publicado na Revista Conjuntura Econômica de setembro de 2002.

**Marcelo Côrtes Neri**, chefe do Centro de Políticas Sociais do IBRE/FGV e professor da EPGE/FGV, escreve quinzenalmente às terças-feiras. E-mail: mcneri@fgv.br